

DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADES DE INVESTIGAÇÃO: A PROPOSTA DE MATTHEW LIPMAN NO ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO

Fernanda Moreira Lorenzet[1]
Altair Alberto Fávero[2]

O ensino de Filosofia no Ensino Médio (EM) enfrenta desafios que ultrapassam a seleção e a transmissão de conteúdos ou sua presença ou ausência nos currículos. A redução do espaço destinado às Ciências Humanas, a frequência irregular, a evasão, a insuficiência de materiais didáticos e a percepção de pouca utilidade da disciplina diante das exigências do mercado de trabalho dificultam experiências filosóficas significativas. Nesse cenário, questiona-se em que medida a proposta de comunidades de investigação, elaborada por Matthew Lipman (1990; 2001), pode qualificar a presença do ensino de Filosofia em contextos marcados pela fragilização das humanidades. O objetivo é analisar a pertinência da proposta lipmaniana na formação do EM como estratégia pedagógica para inserir o ensino de filosofia. Parte-se do entendimento de que a presença na filosofia no EM não se limita à exposição de componentes curriculares da história da filosofia ou à memorização de autores, mas pode constituir-se em uma prática do filosofar, mediante perguntas, justificativas, análise de argumentos e revisão de compreensões de pensamentos, concepções de muito e modos de vida.

A pesquisa, de abordagem qualitativa, combinou revisão bibliográfica e relato de experiência num estágio. Foram mobilizadas contribuições de Lipman (1990; 2001), Benincá (2002), Fávero e Casagranda (2008), Silva Filho e Araújo (2017), Fávero, Costa e Centenaro (2019), Silveira (2015) e Souza (2021), além dos materiais e atividades produzidas durante o estágio. A prática ocorreu em uma turma da 3º ano do EM do Colégio Estadual Divino Mestre, em Paraí/RS, em 2023. Foram realizadas dez aulas de Filosofia Política sobre sentidos da

[1] Mestranda em Educação na UPF, vinculada ao Grupo de Pesquisas sobre Educação Superior (GEPES).
[2] Doutor em Educação (Ufrgs), professor e pesquisador do PPGEdu/UPF, coordenador do Gepes/UPF, pesquisador produtividade do CNPq. E-mail: favero@upf.br



política, formação do Estado, democracia, partidos políticos, movimentos sociais, pensamento político moderno, contratualismo e relações entre Estado, sociedade e cidadania. O percurso didático reuniu exposição dialogada, leitura de textos, esquemas no quadro, sínteses, perguntas problematizadoras e atividades de interpretação e comparação de ideias filosóficas.

A transformação das salas de aula em comunidade de investigação é um dos eixos centrais da proposta educacional de Lipman (1990; 2001) conhecida como Educação para o Pensar. Nessa perspectiva, a sala de aula configura-se como espaço de diálogo investigativo, no qual professor e estudantes participam de uma investigação colaborativa democrática. O docente atua como mediador: organiza as discussões, propõe questões, exige justificativas e favorece a passagem de opiniões imediatas para formulações consistentes, coerentes e fundamentadas. Lipman (1990; 2001) defende que a aprendizagem filosófica se fortalece quando os estudantes pensam por si mesmo e com os outros, escutam os argumentos distintos e são capazes de rever suas próprias posições. A sala de aula transformada em comunidade de investigação, portanto, não se confunde com uma conversa espontânea, pois exige planejamento, respeito mútuo, critérios argumentativos e compromisso com as melhores razões.

O diálogo possui também dimensão formativa e política. Benincá (2002) afirma que relações pedagógicas dialogadas contribuem para a cidadania, diferentemente das relações autoritárias, que tendem a produzir submissão e dependência. No ensino de Filosofia, essa orientação permite que os educandos interpretem a realidade, identifiquem problemas coletivos e elaborem posicionamentos fundamentados. Na experiência de estágio, a Filosofia Política mostrou-se propícia para esse exercício ao aproximar conceitos como Estado, poder, democracia, liberdade, leis e participação das experiências estudantis. As discussões sobre Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau e Montesquieu favoreceram a relação entre teorias políticas modernas e questões contemporâneas.

A transformação da sala de aula em comunidades de investigação, contudo, encontra limites. A oferta de apenas um período semanal de Filosofia restringe o tempo necessário à



consolidação das discussões e à apropriação das regras do diálogo filosófico. A frequência irregular de alguns alunos também dificultou a continuidade das atividades. Silva Filho e Araújo (2017) salientam que a evasão e o abandono escolar decorrem da interação de fatores sociais, econômicos, familiares, institucionais e pedagógicos. Embora uma prática dialógica não resolva isoladamente esse problema, pode tornar a escola mais significativa, acolhedora e conectada às vivências dos estudantes.

Também se evidenciaram desafios relativos à formação docente e aos recursos didáticos. Souza (2021) destaca a necessidade de formação específica para conduzir comunidades de investigação e a importância de compreender o professor como facilitador da aprendizagem. A experiência demonstrou que o docente precisa dominar conteúdos, planejar perguntas e selecionar materiais acessíveis. A carência de recursos específicos para o ensino de Filosofia exige ainda que o professor produza ou adapte textos e atividades. Embora a proposta de Lipman (1990; 2001) ofereça contribuições relevantes, não deve ser assumida de modo acrítico. Silveira (2015) adverte que a participação coletiva, isoladamente, não garante o caráter filosófico da atividade; por isso, o diálogo precisa ser orientado por problemas, conceitos e argumentos.

Os resultados indicaram efeitos positivos na participação e na elaboração argumentativa dos estudantes. A organização das carteiras em semicírculo, as perguntas orientadoras e a relação entre conteúdos políticos e situações cotidianas favoreceram o envolvimento da turma. Os estudantes demonstraram interesse ao comparar concepções sobre a origem do Estado, a necessidade das leis, os limites do poder e as interpretações sobre liberdade e organização social. As atividades de síntese e comparação contribuíram para identificar aspectos das teorias estudadas e justificar concordâncias e discordâncias.

Conclui-se que o desafio de transformar as salas de aula em comunidades de investigação constituem alternativa relevante e potente para o ensino de Filosofia no EM, pois possibilitam valorizar o diálogo investigativo, a autonomia intelectual, a argumentação coerentemente fundamentada e a formação cidadã. Sua efetivação depende de maior tempo

destinado à Filosofia, enfrentamento da irregularidade de frequência dos alunos, formação específica de professores, materiais adequados e planejamento sensível à realidade escolar. A experiência realizada no estágio supervisionado demonstrou que, mesmo em condições limitadas, aulas dialogadas e problematizadoras podem ampliar o interesse dos estudantes e favorecer uma relação ativa com o conhecimento filosófico. Mais do que aplicar um modelo pronto, é necessário adaptar criticamente os princípios de Lipman às condições de cada escola, preservando o compromisso com uma educação voltada à reflexão, ao diálogo e à participação pública.

Palavras-chave: Filosofia. Ensino Médio. Comunidade de investigação. Lipman. Formação cidadã.

Referências

BENINCÁ, Elli. Formação do professor de Filosofia. In: FÁVERO, Altair Alberto; RAUBER, Jaime José; KOHAN, Walter Omar (orgs.). *Um olhar sobre o Ensino de Filosofia.* Ijuí: Unijuí, 2002, p.275-284.

FÁVERO, Altair Alberto; CASAGRANDA, Edison Alencar. Filosofia na escola: o estágio como experiência filosófica. In: SARTORI, G.; BONA, S. C.; GUEDES, S. M. (org.). *Estágios nas licenciaturas: desafios do constituir-se professor.* Passo Fundo: UPF, 2008, p. 15-35.

FÁVERO, Altair Alberto; Costa, Daiane Rodrigues; CENTENARO, Junior Bufon. Reforma do Ensino Médio e crise mundial da educação: uma análise reflexiva da flexibilização das humanidades na educação básica. *Ensino Em Re-Vista,* Uberlândia/MG, v.26, n.3, p.656-676, set./dez., 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14393/ER-v26n3a2019-2

LIPMAN, Matthew. *A filosofia vai à escola.* Tradução de Maria Elice de Brzezinski Prestes e Lucia Maria Silva Kremer. São Paulo: Summus, 1990.

LIPMAN, Matthew; SHARP, Ann Margaret; OSCANYAN, Frederick. *A Filosofia na sala de aula.* São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. de L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. *Educação por Escrito*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35–48, 2017. DOI: 10.15448/2179-8435.2017.1.24527. Disponível em:



https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/porescrito/article/view/24527. Acesso em: 23 jul. 2026.

SILVEIRA, René José Trentin. *A filosofia vai à escola?: contribuição para a crítica do Programa de Filosofia para Crianças de Matthew Lipman.* São Paulo: Autores Associados, 2015.